



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No décimo primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Como o painel eletrônico não estava funcionando, fez-se o registro nominal dos parlamentares presentes. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Pablo Farah informou ter estado, no último final de semana, na Ilha de Mosqueiro e comentou sobre o fechamento – ocorrido no dia 02 de fevereiro passado, sem aviso prévio - da agência do Banco Postal conveniado aos Correios, deixando a população sem os serviços do Banco do Brasil na localidade uma vez que a agência do BB que ali existia fora fechada em 2017. Notificou que entrará com um requerimento nesta Casa solicitando a reabertura daquela agência, pois agora as pessoas precisam deslocar-se até o município de Santa Bárbara para serem atendidas, prejudicando, sobretudo, os aposentados. Denunciou depois o estado precário dos pilares da Ponte do Cajueiro, que estão corroídos abaixo da linha d'água, o que está prestes a causar um acidente. Disse que vários pescadores e balanceiros que a utilizam já alertaram as representações políticas sobre a situação da ponte, mas não foi feito nenhum encaminhamento oficial para remediar o problema. Disse que encaminhará a questão à Defesa Civil, ao Corpo de Bombeiros e ao setor responsável na Prefeitura de Belém para que seja feita uma avaliação rigorosa do estado da ponte e se tomem as medidas necessárias à sua recuperação. Ressaltou a importância desta para moradores, trabalhadores e comerciantes de Mosqueiro. Ressaltou que a população da ilha sofre muito com a precariedade dos serviços, dentre os quais o fornecimento de água, e com problemas estruturais, como a situação do Mercado Municipal e do bairro do Maracajá. Fernando Carneiro tratou sobre o anunciado encerramento, no próximo dia 31 de maio vindouro, das atividades no lixão de Marituba da empresa Guamá Tratamento de Resíduos. Lembrou que esta justificou sua decisão alegando falta de pagamento dos serviços e defasagem no preço de material processado, notificando - através de ofícios, no final do ano passado - o Ministério Público do Pará e as prefeituras de Belém, Marituba e Ananindeua. Referiu que a PMB entrou com um pedido de liminar prévio para que isto não ocorra. Entretanto, informou, a promotora envolvida no caso opinou que juiz nenhum deferirá esta liminar porque a empresa já externou não ter condições de continuar a prestar o serviço. Seria então um duplo crime a Justiça obrigar a continuidade da atividade se o lixão não puder receber mais material descartado. Ressaltou não saber se isso é verdade ou se é uma chantagem da empresa, destacando não ter a menor confiança nesta. Observou que ela tem expertise internacional em tratamento de resíduos sólidos, mas cometeu diversos crimes ambientais em Marituba. Informou que há trezentos milhões de litros de chorume vazando, contaminando a população daquela cidade e quem passa pela Alça Viária sente o odor. Não é, assim, condescendente com a Guamá Tratamento de Resíduos. Entretanto, reiterou, há o problema grave de que suas atividades naquele lixão serão encerradas. Questionou então quais seriam as alternativas apresentadas pelas prefeituras de Belém, Marituba e Ananindeua para resolvê-lo. Inteirou a plenária de que está fazendo um ofício à PMB solicitando uma reunião para tratar do tema, convidando os demais parlamentares a participar. Ressaltou não se tratar de uma questão política, mas de saber qual a alternativa dada pela Prefeitura de Belém. Repercutiu que a referida promotora já se reunira com o prefeito Zenaldo Coutinho e este dissera que outra empresa virá para Belém e esta tem expertise no tratamento de resíduos. Há outros que defendem a reabertura do lixão do Aurá, mas nada está definido. Explicou que esta reunião serviria para informar o legislativo municipal sobre a real situação. Chamou a atenção para o fato de que Belém é responsável por cerca de oitenta por cento do material levado para o lixão de Marituba e se a cidade ficar uma semana sem coleta de lixo será o caos. Salientou ser esta uma possibilidade concreta, pois o mês de maio já está na porta. Disse ficar assustado porque precisamos ter uma alternativa para esta grave situação. Convidou depois o governador Hélder Barbalho a participar desta discussão, pois se trata de um problema metropolitano, não envolvendo apenas Belém. Lembrou que o ex-governador Simão Jatene não participava das tratativas para solucioná-lo. Foi feita uma intervenção na empresa que aparentemente em nada resultou, não se sabendo se esta sequer pagou as multas aplicadas. Agora, apontou, temos um novo governador e a deflagração desta crise

atingirá milhões de moradores. Assim sendo, o governo estadual não pode omitir-se, deve participar desse processo. Recordou que, quando Mauro Freitas assumiu a presidência da CMB, uma das primeiras atividades realizadas pelos vereadores de Belém foi fazer uma visita ao lixão. A empresa disse então que não eram bem vindos e fechou-lhes o acesso às instalações. Comunicou posteriormente que há uma ação do Ministério Público contra a empresa porque uma delegada do MPPA foi barrada ao tentar visitar a área do lixão. Pediu que a CMB também fosse participe desse processo contra empresa por esta não deixar os representantes do povo ali entrarem, acrescentando que a promotora já se colocara à disposição para isso. Dirigindo-se ao presidente Mauro Freitas, expressou que gostaria de formar uma comissão de vereadores para ouvir o prefeito a respeito do problema, nesta semana ainda se fosse possível, pois é necessário dar uma resposta à população. Divulgou haver a proposta de formação de um consórcio entre as prefeituras de Belém, Marituba e Ananindeua, como já acontece em outros estados brasileiros, para gerenciamento dos resíduos sólidos e gestão de um aterro sanitário, permitindo obter recursos do governo federal. A solução para o problemas dos resíduos, continuou, não é simples nem é barata, pois implica em atividades como a coleta seletiva - que não existe em nosso município, o que considerou um crime. Lembrou que várias audiências sobre o tema já foram feitas nesta Casa, com a presença dos catadores de lixo. Ponderou que enterrar papel, vidro, metal e plástico não é inteligente, pois tais materiais poderiam ser reciclados e utilizados como fonte de renda. Concluiu então que há questões urgentes e sérias que devem ser debatidas e encaminhadas, pois afetam a vida de todos os habitantes: coleta seletiva, formação do consórcio, resposta adequada ao fechamento do lixão de Marituba. Aditou ser necessário realizar a educação ambiental da população, para evitar o descarte irregular de lixo, mas é preciso haver a resposta de quem foi eleito para dar respostas. Julgou um absurdo que se tenha que recorrer ao Ministério Público para exigir que os governos governem, sendo esta uma atribuição de ofício. Frisou que os chefes do Executivo envolvidos – os prefeitos de Belém, Marituba e Ananindeua e o governador do estado – devem fazer o que lhes cabe, apresentar propostas, encaminhar soluções possíveis para que sejam debatidas. Comentou haver o cálculo de que seria necessário investir trinta milhões de reais em uma nova tecnologia de tratamento do lixo, considerando essa quantia pequena para a Prefeitura de Belém, que dispõe de um bilhão de reais passíveis de remanejamento orçamentário. Contrastou que a PMB recebeu - no ano anterior, do governo estadual - a quantia de trinta milhões de reais para contratar temporários para fazer a limpeza das ruas, uma vez que o prefeito Zenaldo Coutinho extinguiu o cargo de gari. Avaliou não ser possível não haver recursos para dar a resposta adequada ao tratamento dos resíduos sólidos em nossa capital e na Região Metropolitana. Solicitou então ao presidente Mauro Freitas o empenho para a realização desta reunião com a PMB para que os vereadores sejam informados sobre o que está sendo pensado pela gestão municipal em relação a esta situação. Em aparte, pronunciou-se o vereador Joaquim Campos. Assumiu depois a palavra o vereador Toré Lima e retomou o tema tratado pelo vereador Fernando Carneiro anteriormente. Participou que será realizada uma sessão especial para discutir sobre o aterro sanitário, que agendou juntamente com o vereador Fernando Carneiro. Informou ter conversado, na sexta-feira da semana anterior, com o governador Hélder Barbalho e tratado do assunto, recebendo dele dois contatos na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS que acompanharão o processo. Externou ser necessário haver mais que um acompanhamento, pois o atual governo estadual deve ter uma atuação diferente do anterior - que não repassou à sociedade o que ocorreu durante a instalação do lixão em Marituba, quanto foi investido e qual foi o retorno, se o dinheiro foi debitado para a empresa. Julgou que não houve transparência, não sendo informados quais itens debatidos em audiência pública foram cumpridos. O governo estadual fez depois a intervenção no lixão, mas não foi divulgado nenhum relatório para esclarecer a sociedade sobre o que foi feito ou deixou de ser feito no local. Considerou não ter sido surpresa para quem acompanhava o trabalho da Guamá Tratamento de Resíduos a declaração desta de que não tinha mais condição de atuar, porque, apesar de ser uma empresa que presta o mesmo serviço em outros locais, aqui teve má atuação. Acusou os técnicos da SEMAS de serem coniventes com as falhas no desempenho da empresa. Disse que as bacias de chorume lá existentes estão totalmente fora do padrão técnico, havendo vazamento contínuo que causou e ainda causa danos terríveis à população de Marituba. Parabenzou as lideranças comunitárias por manterem a discussão sobre as consequências da implantação do lixão naquele município, acrescentando serem constantes as doenças e afecções que atingem os moradores da área. Previu que as pessoas sofrerão durante anos, porque o pior ainda está por vir. Manifestou também não acreditar que a Justiça obrigará a empresa a continuar suas atividades na localidade. Em relação à reunião com a PMB, sugerida anteriormente pelo vereador Fernando Carneiro, posicionou-se favoravelmente à sua realização e opinou que, além do prefeito Zenaldo Coutinho, deveriam ser convidados os prefeitos de Ananindeua e Marituba. Do mesmo modo, para a sessão especial citada anteriormente, seria importante a participação de representantes das prefeituras das três cidades. Lembrou que o prefeito de Marituba, Mário Filho, visitou outros países, trouxe técnicos estrangeiros buscando alternativas para o problema dos resíduos sólidos. Visitou também em São Paulo e Natal, em São Gonçalo do Amarante, aterros sanitários que são modelos para o Brasil. Entretanto em Belém, lamentou, não deu certo e agora estamos a noventa dias do prazo estabelecido pela Guamá Tratamento de Resíduos para o encerramento de

suas atividades à frente do lixão em Marituba. Aditou que o lixão ficará, no mínimo, vinte anos causando danos ao meio ambiente e ao povo de Marituba – e a empresa terá a responsabilidade de continuar a cuidar da área durante este período. Além disso, haverá o dano imediato das vias das cidades ficarem cheias de lixo. Referiu que o prefeito Zenaldo Coutinho, segundo informado, tem um plano B e isto precisa ser debatido. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pelo MDB, Joaquim Campos comentou sobre o perigo representado pelas barragens existentes no país, dizendo que as inativas representam um perigo maior que as ativas. Reportou depois ter feito, há dez anos, uma denúncia sobre uma usina de passivos ambientais em Ulianópolis. A usina foi fechada, mas até hoje os resíduos tóxicos continuam lá, no meio da mata, contaminando o meio ambiente. Sugeriu a montagem de uma comissão com técnicos, não apenas de meio ambiente, para preparar a reativação do lixão do Aurá, para que não fiquemos reféns da empresa Guamá Tratamento de Resíduos. Criar-se-ia assim a alternativa de retomar o uso daquela área para o descarte de resíduos, evitando assim o colapso previsto. Avaliou que o trabalho de coleta hoje já é deficitário, mas é necessário preparar-se urgentemente para evitar as consequências da paralisação. Citou que em São Gonçalo do Amarante foi construído um aterro sanitário e, posteriormente, construiu-se um grande aeroporto nas proximidades. Informou que não há relatos de problemas com urubus nas imediações deste, prejudicando seu funcionamento, porque não há mau cheiro. Aditou ainda haver estudos para utilização do gás formado naquele aterro. Considerou justa a proposição do vereador Fernando Carneiro pedindo a participação do governo estadual na busca pela solução do problema, dado o alcance que este pode atingir. Reiterou faltarem apenas três meses para a prevista paralisação do serviço de coleta do lixo e é necessário tomar providências para que a população não sofra as consequências. Anunciou que viajará no próximo dia vinte e dois de fevereiro para fazer um tratamento e talvez, após isso, não tenha mais ânimo para retornar a esta Casa e continuar “enxugando gelo” na vereança. Pelo PSB, Gleisson Silva parabenizou a Prefeitura Municipal de Belém que, através da SEMOB, estabeleceu regras para o funcionamento do transporte de passageiros via aplicativos. Julgou que, com as novas regras, setenta por cento dos motoristas que trabalhavam desse modo não poderão mais fazê-lo por não se enquadrarem nos padrões definidos pela PMB. Falou depois sobre os *sem terrinha*, dizendo ter achado um absurdo que estas crianças viajassem sem o acompanhamento dos pais ou responsáveis, com autorização judicial para isso, dormissem em locais impróprios e utilizassem banheiros impróprios. Além do mais, tiveram que falar palavras de ordem citando Che Guevara e dizendo que a bandeira vermelha traz educação e saúde. Destacou que foram utilizados 550 mil reais de recursos federais para realizar este primeiro Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha em Brasília, com o comparecimento de mais de mil crianças. Disse depois que, no debate do lixo, é preciso adotar uma posição e resolver, pois o problema atinge a Região Metropolitana inteira. Pelo PRB, Toré Lima relatou ter recebido informações sobre protesto realizado pelos motoristas de aplicativos por não aceitarem o decreto estabelecido pela Prefeitura de Belém para a prestação deste serviço. Informou que o prefeito Zenaldo Coutinho já reuniu com os taxistas e também com os motoristas de aplicativos. Lembrou que esta Casa não realizou muitas discussões sobre o tema - havendo a realização de sessão especial sobre o assunto por iniciativa do ex-vereador, hoje deputado estadual, Gustavo Sefer – e, quando ocorreram, houve confronto e até violência envolvendo as duas categorias. Manifestou ser contrário a qualquer manifestação que prejudique o direito de ir e vir dos cidadãos e havia, pelos informes que tinha, mais de mil carros de aplicativos tentando inviabilizar o trânsito no Entroncamento e na Avenida Augusto Montenegro. Expressou que Zenaldo Coutinho não se eximira de participar da discussão tendo reunido separadamente com os dois segmentos. Fez votos de que tenhamos ao final uma cidade com um transporte melhor e as pessoas tenham opções com menor custo e mais qualidade. Em aparte, pronunciou-se o vereador Paulo Queiroz. O presidente Mauro Freitas justificou depois a ausência em plenário do vereador Êmerson Sampaio, que avisara por telefone estar preso em um engarrafamento, não podendo chegar à CMB. Pelo PSOL, Fernando Carneiro disse estar em mãos com o ofício solicitando reunião com o prefeito para debater a questão do lixo e a proposta que a Prefeitura porventura tenha para os resíduos sólidos em Belém. Externou que os vereadores interessados em assiná-lo, solicitando a reunião, ficassem à vontade para fazê-lo. Tratou depois sobre o encerramento do Ensino Médio na Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, assunto que abordou em seu pronunciamento na sessão solene em que foi feita a leitura da Mensagem do prefeito para este Poder. Relatou que Zenaldo Coutinho informara a ele posteriormente, naquela ocasião, que havia sobra de vagas no Ensino Médio da Escola Estadual do Outeiro e o Ministério Público recomendara expressamente a extinção do referido curso na Escola Bosque. Entretanto, continuou, as duas promotoras do MPPA envolvidas – Graça Cunha e Darlene Moreira - disseram-lhe pessoalmente não haver tal recomendação e reiteraram esta informação na audiência realizada no Ministério Público. Acrescentou que estas promotoras entraram com uma ação civil pública dizendo que não havia tal recomendação e instando a PMB a manter o curso de Ensino Médio na Escola Bosque. Disse estar aguardando que o prefeito Zenaldo Coutinho envie-lhe – conforme dissera que faria – a documentação da SEDUC comprovando haver sobra de duzentas vagas no Ensino Médio da Escola Estadual do Outeiro e a cópia do ofício do Ministério Público do Pará recomendando o encerramento do Ensino Médio na Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira. Ponderou que,

se o prefeito estiver em posse destes documentos, a discussão assumirá outro patamar, mas esta materialidade é necessária. Pontuou que, até agora, a única prova que tem no caso é a ação civil pública movida pelo Ministério Público para manutenção do Ensino Médio na Escola Bosque. Ressaltou ser importante a ampliação de vagas no Ensino Fundamental e mais ainda a criação de creches – o que é obrigação do Município, havendo grande carência de creches em Outeiro, impossibilitando ou dificultando o trabalho dos pais, pois estes não têm como deixar os filhos. Entretanto, explicou, é contra a permuta: aumento de vagas do Ensino Fundamental com a contrapartida da extinção do Ensino Médio. Participou haver somente duas escolas com o Ensino Médio em Outeiro – a Escola Estadual do Outeiro e a Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira. Com o encerramento deste curso na Escola Bosque, restará apenas a Escola Estadual do Outeiro a oferecê-lo. Acrescentou que a reforma e ampliação da Escola Bosque foi criticada pela comunidade escolar porque foi feita sem consultá-la, havendo a destruição de um dos dois laboratórios ali existentes para a construção de uma sala de aula maior, para cinquenta alunos. Esclareceu que isto quebra o padrão adotado naquela instituição de ensino, que é de vinte alunos por sala. Pediu então que o prefeito Zenaldo Coutinho envie-lhe a documentação comprovando a sobra de duzentas vagas no Ensino Médio da Escola Estadual do Outeiro e a cópia do ofício do MPPA recomendando expressamente o encerramento deste curso na Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira. Em aparte, manifestou-se o vereador Sargento Silvano. Pelo PSD, Sargento Silvano comentou sobre uma ocorrência, na semana anterior, envolvendo guardas municipais na Praça da República que reprimiam maconheiros naquele logradouro. Caracterizou aquela praça como um antro de desocupados e vagabundos que ali vão para fumar maconha e roubar as pessoas. Os guardas municipais foram então lá, de forma heróica, e usaram os meios que tinham para repelir e neutralizar os vagabundos. Mas havia uma jovem filmando tudo, dizendo depois que os guardas foram truculentos. Pediu aos vereadores que apoiassem a Guarda Municipal, afirmando estar na hora de dar a César o que é de César. Comentou que foram publicadas nos jornais várias matérias criticando a Guarda Municipal. Entretanto, opinou, os guardas municipais fizeram apenas seu trabalho. Manifestou seu apoio aos membros da GMB que assim agiram, dizendo que deveriam ter dado uma peia no vagabundo para que ele ali não voltasse mais. Agora, deplorou, os agentes envolvidos foram separados e estão respondendo a Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Relatou então ter ido, no dia anterior, à Praça da República e, para sua surpresa, o mesmo vagabundo estava lá fumando maconha novamente. Questionou então de que lado os membros da Casa estão, se do lado dos maconheiros ou do lado das pessoas de bem. Comunicou então que irá fazer um requerimento em apoio aos guardas municipais que, mesmo sem dispor do material necessário para intervir naquela ocorrência, foram até lá e deu no que deu. Reiterou ser necessário estar do lado das pessoas boas. Externou que a menina, apoiadora de maconheiros, também deveria ter sido presa. Disse ser necessário olhar para a GMB de forma atenciosa, pois é a nossa força de segurança. Pediu então apoio dos seus pares ao requerimento que fará, pois se deve dar moral a quem merece moral e uma parte da sociedade tem crucificado nossos guardas. Exaltou a GMB dizendo que esta realiza um trabalho belíssimo em prol da segurança pública em nossa cidade. Findo o horário estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário de Liderança. Foi feita então a verificação nominal de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia e o presidente Mauro Freitas, atendendo à solicitação do vereador Dinelly, determinou que se fizesse um minuto de silêncio em homenagem aos dez jovens jogadores de futebol mortos no trágico incêndio ocorrido no Centro de Treinamento do Flamengo na última sexta-feira. Finda esta homenagem, foi posta em votação e aprovada por unanimidade pela plenária a ata referente à 2ª sessão solene do 1º Período da 3ª Sessão Legislativa desta legislatura. Foi feita depois a leitura e votação do requerimento do vereador Pablo Farah solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal Diário do Pará, edição do dia 06/02/2019, páginas 04 e 05, intitulada “Sete bandidos morrem em troca de tiros com a polícia”, sendo este aprovado por maioria, em votação simbólica, com a abstenção do vereador Fernando Carneiro. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando a realização de uma sessão especial para debater o ordenamento legal e as políticas públicas de esporte e lazer, sendo este aprovado por unanimidade. Passou-se depois à leitura e votação do requerimento do vereador Dr. Chiquinho solicitando a realização de uma sessão especial para debater a situação da saúde mental no estado, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita em seguida a leitura do requerimento do vereador Sargento Silvano - subscrito pelos vereadores Mauro Freitas, John Wayne, Toré Lima, Simone Kahwage, Pablo Farah, Joaquim Campos, Nilda Paula, Professor Elias, Rildo Pessoa, Celsinho Sabino, Lulu das Comunidades, Gleisson, Marciel Manão, Nehemias Valentim, Zeca Pirão e Moa Moraes - solicitando que esta Casa encaminhe à Guarda Municipal votos de apoio aos guardas municipais e ao comando desta corporação quanto ao ocorrido no dia 08/02/2019, quando guardas foram acusados de agredir um cidadão na Praça da República, o que deve ser avaliado pela Corregedoria da GMB antes da conclusão final. Fez o encaminhamento o autor do requerimento. O vereador Fernando Carneiro solicitou então que a votação fosse feita nominalmente, o que foi acatado pela Mesa. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por maioria com dezesseis votos favoráveis, três votos contrários e uma abstenção. Justificaram seus votos os vereadores Sargento Silvano, Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro, Pablo Farah, Simone Kahwage e Nilda Paula. Após

estes pronunciamentos, o presidente Mauro Freitas transmitiu aos demais parlamentares comunicado do prefeito Zenaldo Coutinho informando sobre alterações na portaria que regulamentou o transporte de passageiros em Belém, corrigindo equívocos cometidos na redação desta. Desta forma, os trabalhadores de aplicativos deveriam desobstruir o trânsito na área do Entroncamento e Avenida Augusto Montenegro. Seria então realizada uma nova reunião, sendo também estabelecido um novo prazo para adequação às regras estabelecidas pela PMB para esta modalidade de transporte. Não havendo mais requerimentos para apreciação, o presidente encerrou a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feita então nova verificação nominal de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Não havendo matéria em pauta, o presidente Mauro Freitas encerrou a sessão às dez horas e quarenta e sete minutos. Estava licenciada a vereadora Blenda Quaresma. Justificou sua ausência o vereador Fabrício Gama. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson e Rildo Pessoa, pelo Avante; Mauro Freitas, pelo DC; Zeca Pirão, pelo Solidariedade; Biéco, pelo PR; Marciel Manão, pelo PEN; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Nilda Paula e Sargento Silvano, pelo PSD; Pablo Farah, pelo PHS; Joaquim Campos e John Wayne, pelo MDB; Gleisson e Igor Andrade, pelo PSB; Paulo Queiroz, Nehemias Valentim e Moa Moraes, pelo PSDB; Professor Elias, pelo PTN; Celsinho Sabino e Dinelly, pelo PSC; Neném Albuquerque, pelo PSL; Altair Brandão, pelo PC do B; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; França, Simone Kahwage e Toré Lima, pelo PRB; e Émerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 11 de fevereiro de 2019.

1º Secretário

Presidente

2ª Secretário